

# Engenheiros defendem retomada do desenvolvimento e valorização da categoria



Esse foi o mote e a conclusão do X Conse, o congresso que reuniu profissionais representantes dos 18 sindicatos filiados à FNE na sede do SEESP, nos dias 13 e 14 de setembro. Evento elegeu diretoria da federação, reconduzindo Murilo Pinheiro à presidência da entidade. *Páginas 4, 5 e 6*



# O BRASIL QUE A *engenharia* QUER E PODE CONSTRUIR

REPRESENTANTES DOS 18 sindicatos filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) reuniram-se em São Paulo para a realização do X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), nos dias 13 e 14 de setembro (*leia cobertura nas páginas 4, 5 e 6*). Durante o evento, esses profissionais debateram duas questões fundamentais para a entidade e para o País: a retomada do desenvolvimento e o fortalecimento do movimento sindical. Ao longo das excelentes palestras até a plenária final, desenhou-se uma proposta de reconstrução dos caminhos para o crescimento econômico, com geração de empregos, distribuição de renda, fortalecimento da indústria, aprimoramento da infraestrutura, garantia de saneamento básico e avanços na área energética, com a preservação dos interesses nacionais.

Destaque também para a necessidade premente de recuperar o sistema de ciência, tecnologia e inovação no País, hoje em frangalhos. Ainda na agenda do X Conse, a valorização do trabalho e a garantia de representação coletiva para que as entidades possam defender os profissionais.

Esse norte de mudanças necessárias integra as resoluções do nosso congresso e o programa de trabalho da nossa federação, cuja diretoria para o triênio 2019-2022 foi eleita durante o evento. Tenho a honra de encabeçar a equipe que ficará à frente da nossa entidade neste período, com o compromisso firme de não medir esforços para defender os engenheiros e lutar para que tenham remuneração digna, condições de trabalho adequadas e reconhecimento de sua capacitação técnica.

As bases definidas nessa jornada da FNE também orientam nossa atuação junto à sociedade e aos poderes públicos. Sabemos que Brasil queremos – desenvolvido,



justo, democrático e soberano –, e estamos dispostos a dar a nossa efetiva contribuição para concretizar esse projeto. Realizado a menos de um mês das eleições gerais de 2018, o X Conse foi também um chamado à nossa responsabilidade como cidadãos pelo futuro do País. Superar a profunda crise econômica e política que já atravessa anos exige seriedade e compromisso com o interesse público por parte de todos. Àqueles que serão eleitos representantes e governantes, cabe missão crucial de conduzir a nação corretamente, buscando solu-

ções racionais e factíveis voltadas ao bem-estar da maioria da população. Dos que depositarão seus votos neste mês de outubro espera-se que o façam de forma consciente e tendo em mente o que é melhor para todos os brasileiros.

O pleito que se avizinha é oportunidade fundamental para participarmos ativamente da decisão sobre os rumos do País. O momento é de fortalecer a democracia, que, sem dúvida alguma, precisa estar no centro de todo e qualquer projeto.

Vamos juntos e com otimismo construir uma nação da qual nos orgulharemos.

**Eng. Murilo Pinheiro**  
*Presidente*

*Os profissionais reunidos em São Paulo para o X Conse apontaram o País que desejam: desenvolvido, justo, democrático e soberano. E estão dispostos a dar a sua contribuição efetiva para que tal anseio se concretize.*

**JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo**

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 11.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Outubro de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



## Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em [www.seesp.org.br/publicidade/](http://www.seesp.org.br/publicidade/)

ou pelos telefones:  
(11) 99173-0651  
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).  
Página 5

visite nosso site [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br)

### Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

# Venda da Embraer à Boeing: por que apenas promessas

Rafael de Araújo Gomes

A REVISTA *VEJA* publicou, em setembro de 2018, uma entrevista com Dennis Muilenburg, presidente da Boeing, com o título "Somos todos Embraer". O jornalista perguntou a ele se há ameaça aos empregos no Brasil. O CEO respondeu que "esperamos ampliar nossa presença no Brasil a longo prazo", "planejamos investir mais no País" e "criar mais empregos".

O jornalista insistiu e questionou se haverá alguma garantia de preservação dos empregos. Sem responder especificamente a pergunta, de fato ignorando-a, Muilenburg afirmou que "são vários acertos que darão às pessoas a confiança de que vamos continuar a investir no País a longo prazo".

Pois bem, o Ministério Público do Trabalho (MPT) instaurou, no início de 2018, um inquérito civil para acompanhar a operação e descobriu a existência de grande risco de que a Boeing irá transferir a montagem de aeronaves para fora do Brasil, mantendo aqui apenas atividades secundárias.

O MPT insistiu, em duas ocasiões, para que a Boeing assumisse o compromisso de "incluir expressamente salvaguardas trabalhistas no acordo comercial em discussão... de modo a impedir que eventual decisão pela controladora sobre transferência de atividade econômica ao exterior redunde em impacto negativo ao nível de empregos no Brasil". Note-se que, caso a Boeing assumisse tal compromisso e honrasse a promessa, nenhum prejuízo seria experimentado pela empresa.

Nas duas ocasiões, a Boeing recusou-se a assumir qualquer compromisso nesse sentido e afirmou: "Mesmo após o fechamento da operação, a nova entidade irá operar em

um segmento extremamente competitivo, e muitas vezes cíclico, que está sujeito a variáveis fora de seu controle. Limitações do tipo que provavelmente seriam incluídas em um TAC (*Termo de Ajustamento de Conduta*) poderiam afetar a habilidade dessa nova entidade de lidar com esse ciclo natural, assim como a habilidade de a nova entidade enfrentar a realidade do mercado."

Ou seja, ao contrário do afirmado à *Veja*, para o MPT, a empresa já antecipa que "a realidade do mercado" e o "ciclo natural" do negócio poderão levá-la a encerrar as atividades de montagem de aeronaves no Brasil.

Que valor deve se emprestar à promessa de uma grande corporação multinacional que se recusa a transformar sua promessa em um compromisso?

Vejamos um exemplo: em 2011 a companhia aérea Gol adquiriu sua concorrente Webjet. Antes da aprovação da operação pelo Cade (*Conselho Administrativo de Defesa Econômica*), o presidente da Gol afirmava que não haveria demissões, e os trabalhadores seriam absorvidos. Imediatamente após a aprovação da aquisição, em 2012, 850 empregados foram demitidos.

A promessa feita pela Boeing tem as mesmas força e credibilidade da promessa feita pela Gol anos atrás, ou seja, nenhuma. Mas as consequências da mentira, agora, serão muito piores, pois não estamos falando apenas de demissão em massa, mas da extinção em definitivo da atividade econômica no País, com a eliminação para sempre de dezenas de milhares de empregos.

Rafael de Araújo Gomes  
é procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Araraquara



## TABULANDO DADOS



# Protagonismo e união da engenharia

Soraya Misleh\*

EM SUA DÉCIMA EDIÇÃO, ocorreu em 13 e 14 de setembro o Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Realizado pouco menos de um mês antes das eleições gerais no País, reuniu representantes dos 18 sindicatos filiados à entidade – entre os quais o SEESP, que abrigou a atividade em sua sede, na Capital.

Sob o mote “Retomar o desenvolvimento e defender os engenheiros”, suas conclusões estão expressas na Carta do X Conse, aprovada em plenária ao encerramento. O congresso ocorre a cada três anos. Trata-se da principal instância de discussão e deliberação da entidade, quando é eleita a diretoria da FNE para o triênio seguinte (leia na página 6).

Presidente da FNE reconduzido ao cargo na ocasião, Murilo Pinheiro enfatizou à abertura, diante do momento “extremamente complicado” por que o País passa, que “somente com a engenharia unida vamos conseguir um Brasil mais forte”. Ele lembrou do empenho iniciado em 2006 para a construção do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que neste ano traz como mote a retomada da engenharia nacional (*disponível em <https://goo.gl/HdhKz7>*). A nova edição vem sendo entregue aos candidatos a cargos majoritários e parlamentares nas eleições gerais de 2018 – na opinião de Murilo, oportunidade fundamental para se reconstruir as bases da categoria, duramente atingida não só pela crise econômica, mas também política. “Devemos estabelecer um pacto: votar e cobrar depois de eleitos.”

O vice-presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Ubiratan Félix Pereira da Silva, ratificou o papel importante da engenharia para a administração pública e da FNE, uma vez que é a maior entidade nacional da categoria. E Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), destacou a necessidade de fortalecer as entidades sindicais para atuarem em defesa dos trabalhadores. “Estamos com 14 milhões de desempregados. E certamente

um congresso com essa dimensão e qualidade sinaliza caminhos, constrói pontes e possibilidades”, disse. Paulo Guimarães, presidente da Mútua Nacional – Caixa de Assistência dos Profissionais dos Creas, arrematou: “Na defesa da engenharia, da soberania nacional, vamos, no Congresso Nacional, seguir juntos.”

Também estiveram presentes à abertura o deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL); os vereadores paulistanos Eliseu Gabriel (PSB), Gilberto Natalini (PV) e Police Neto (PSD); os secretários de Transportes Metropolitanos, Clodoaldo Pelissioni, e licenciado de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, João Carlos Meireles; Ariovaldo Tedeschi, representando o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP); Harki Tanaka, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC), representando Dássio Matheus, reitor da instituição; além dos presidentes das seguintes empresas e organizações: Fernando Jardim Mentone, do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – Regional São Paulo (Sinaenco-SP); Almir Martins, da Companhia Energética de São Paulo; Joel Krüger, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea); e Ana Adalgisa Dias Paulino, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea-RN). Esta última destacou a importância de haver mais mulheres na área e na política. “Vamos colocar o País no rumo que ele deveria estar. A engenharia tem que ser protagonista”, complementou.

## Cenário atual e propostas

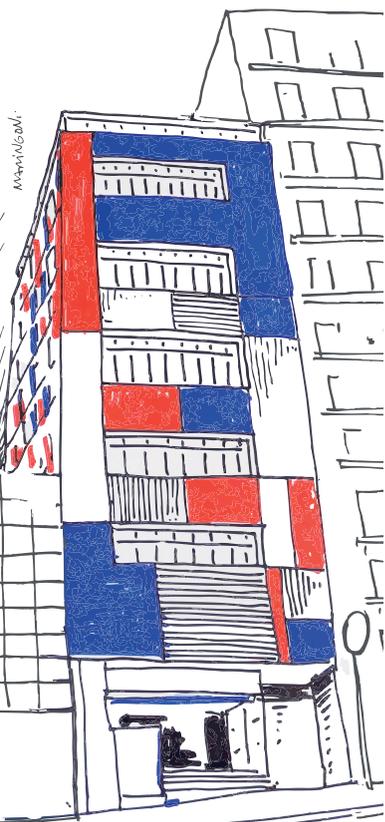
A conjuntura econômica e a política a ser adotada para que o País retome a rota do desenvolvimento foram abordadas pelo consultor do “Cresce Brasil” e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Antonio Corrêa de Lacerda. Ele apontou: “Mais recentemente vivemos a mais grave crise da nossa história. A queda nos investimentos em infraestrutura



Em debate sobre engenharia e desenvolvimento, deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL) discute com outros profissionais da categoria e retomada de obras paradas no País.

é de 25% a 30%, o menor nível já registrado no País.” Entre os problemas que enumerou, a aprovação da Emenda Constitucional 95 e a dificuldade de crédito para financiamento, já que a taxa real de juros segue elevada, com impactos sobre a produção, o consumo e as inversões. “Vemos algum sinal de recuperação, com PIB positivo, mas em base ainda muito baixa. Os efeitos deletérios se traduzem em grave processo de desindustrialização precoce e, em especial, desemprego. São 27% da população brasileira sem situação regular de trabalho.” Ele vaticinou: “A saída é mudança radical nas prioridades da política econômica. É preciso derrubar a Emenda Constitucional 95 e repensar a estrutura dos gastos públicos, assim como a política monetária. O papel dos bancos públicos é fundamental.” E complementou: “Falar em retomada do crescimento e desenvolvimento passa pela reindustrialização, mas em bases diferentes, diante da indústria 4.0, nanotecnologia, internet das coisas.” Na sua ótica, esses temas “podem e devem ser enfrentados. Temos que aproveitar esta oportunidade. Cabe a nós abrir espaço maior para essas discussões, que não se restringirão ao período eleitoral”.

Também consultor do “Cresce Brasil”, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Marco Aurélio Cabral Pinto ressaltou que o quadro nacional não pode



# Engenharia por um Brasil desenvolvido



Ronaldo Lessa (no púlpito) propugna por carreira de Estado para

ser compreendido fora do contexto internacional. Na sua concepção, é crucial recuperar o pacto político e rever o federativo, assegurando protagonismo aos estados e municípios – ao que a engenharia é fundamental. “Sem isso, não será possível retomar um projeto nacional, com planejamento participativo com ênfase na infraestrutura urbana, na direção de atender as demandas da população.” Cabral Pinto defendeu ainda como central “a retomada da garantia de conteúdo nacional ao futuro do País”. Proposta avalizada por João Alfredo Delgado, diretor executivo de tecnologia da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Ainda em foco o tema premente da retomada dos milhares de obras paradas no País. “É um prejuízo enorme, e a sociedade é quem paga por isso”, enfatizou o deputado Ronaldo Lessa, integrante da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional. O consultor do projeto da FNE, Artur Araújo, observou que hoje “essa infraestrutura está se deteriorando em velocidade acelerada”. Autor de nota técnica para a nova edição do “Cresce Brasil” intitulada “Os desafios da Frente Parlamentar da Engenharia”, Lessa enumerou várias razões para tanto, como burocracia, falta de projeto executivo, corrupção. E foi categórico: “Se houvesse

carreira pública de Estado para engenheiro, não haveria tanto problema.”

Como frisou Araújo, está nas mãos da categoria oferecer ao futuro governante do País, como saída à recuperação econômica, a retomada das obras paradas. “O investimento é menor, já que parte já foi feita, é muito mais rápido e fácil, além de boa parte já estar licitada.” Nesse caminho, o consultor apontou a necessidade de se definirem alguns critérios, como iniciar a retomada pelas obras que gerarem mais empregos, assegurarem compra de mais insumos nacionais, tiverem maior impacto sobre a cadeia produtiva e na vida do cidadão. A solução é defendida ainda por Fernando Mentone, presidente do Sinaenco-SP, ao que é fundamental retomar a engenharia, com planejamento, investimento em projeto e regras claras.

## Modelo energético

O Conse trouxe ainda debate sobre o setor energético do País, com a participação de Roberto Pereira D’Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina); Carlos Monte, coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil”; e Ricardo Maranhão, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet). Os três defenderam um modelo que atenda a sociedade brasileira e não apenas os interesses econômicos de grupos nacionais e internacionais. Como salientou o coordenador da mesa e do “Cresce Brasil”, Fernando Palmezan, a energia é um dos insumos mais importantes à retomada do desenvolvimento nacional.

Para D’Araújo, nessa linha, é mister investir em ampliação da geração de energia, na busca por fontes alternativas e de políticas de conservação e eficiência energética. Ao criticar a privatização e a mercantilização do setor, ele ressaltou o papel do Estado na garantia de oferta segura e na diminuição das graves desigualdades do País. Mostrou ainda como a Eletrobras vem sendo prejudicada por iniciativas governamentais, como a Medida Provisória 579/2012, por exemplo com perda de capacitação técnica.

Na concepção de Monte, o modelo atual precisa ser totalmente revisto, pois não

corresponde à realidade brasileira. Ele defende que o crescimento do setor deva ser compatível com o da economia. Entre suas proposições, investir também em usinas nucleares, térmicas e eólicas. Estas últimas, detalhou, “hoje são responsáveis por 7% da produção total de energia no País, com capacidade de chegar até 25%”.

A retomada do desenvolvimento do País passa ainda pela preservação e valorização da Petrobras, como salientou Maranhão. A petrolífera, afirmou ele, é responsável por cerca de 60 mil empregos diretos e mais de 1 milhão indiretos nas diversas frentes de produção ligadas à área de hidrocarbonetos. “Gera de R\$ 32 a R\$ 35 bilhões de royalties em função da produção de petróleo e gás.” E diferentemente do que vem sendo divulgado, não está quebrada. “Há oito anos mantém US\$ 16 bilhões em caixa.”

Maranhão ressaltou a nocividade de se paralisar setores produtivos importantes do País no desenrolar da Operação Lava Jato. “Sou totalmente favorável à investigação, mas a Petrobras foi vítima da corrupção. Ela não pode ser penalizada e desvalorizada.” A defesa da companhia, conforme o diretor da Aepet, significa garantir um patrimônio nacional imensurável: o pré-sal, “a maior descoberta de petróleo no mundo nos últimos 20 anos, uma nova ‘fronteira’ geológica”.

\*Colaboraram Deborah Moreira e Rosângela Ribeiro Gil



Diretor da Aepet, Ricardo Maranhão (ao microfone) defende preservação da Petrobras em painel sobre modelo energético.

*Mudar prioridades da política econômica, retomar obras paradas e reindustrializar País estão entre medidas prementes apontadas por especialistas durante congresso.*



# Diretoria da FNE é eleita com 95% dos votos

Soraya Misleh\*

AO ENCERRAMENTO DO X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), em 14 de setembro, foi eleita por esmagadora maioria a nova diretoria da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) para o triênio 2019-2022 (confira em <https://goo.gl/jeVzkF>). Dos 191 delegados, apenas três votaram nulo e seis, branco. Noventa e cinco por cento dos eleitores deram seu aval à chapa encabeçada por Murilo Pinheiro, reeleito presidente da federação – que também está à frente do SEESP. A posse se dará em 16 de março do próximo ano.

O anúncio da vitória foi feito durante plenária no mesmo dia do pleito, quando foi discutida e aprovada a Carta do X Conse, além de 19 moções – como pela universalização do saneamento e revogação da Medida Provisória 844/2018 (que desmonta o marco legal do setor) e contra a venda da brasileira Embraer à americana Boeing.

Entre as medidas essenciais abrangidas na carta, fruto dos debates realizados durante o congresso – que se iniciou no dia 13 (leia nas páginas 4 e 5) –, a retomada urgente das obras paradas; mudança na política econômica de forma a estimular a indústria, a produção e o trabalho sustentáveis, combatendo o rentismo; a implementação da carreira pública de Estado dos engenheiros, com aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13/2013; a criminalização do exercício ilegal da profissão, prevista no Projeto de Lei 6.699/2002; a revogação da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que retirou direitos previstos na Consolidação da Leis do Trabalho, e da Emenda Constitucional 95 (que congela os gastos públicos sociais por 20 anos),

Foto: Beatriz Arnuda



Plenária discutiu e aprovou a Carta do X Conse, além de 19 moções. No destaque, Murilo Pinheiro durante votação para eleição da diretoria.

à volta dos investimentos públicos e do papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

O documento vai ao encontro do programa de gestão da diretoria eleita da FNE. Seu plano de trabalho inclui acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, com atuação permanente em defesa dos interesses da categoria, da soberania nacional e da regulamentação profissional; participação ativa em audiências públicas, em sessões e atividades municipais, estaduais e nacionais em relação aos assuntos da área tecnológica; defesa do salário mínimo profissional, com acompanhamento permanente nas negociações coletivas, adequação de cargos nas empresas e concursos públicos; continuidade e fortalecimento do movimento “Engenharia Unida”, com a ampla participação de entidades, empresas, escolas, engenheiros, junto à sociedade e aos governos; incentivo à criação de possibilidades para que estudantes tenham condições especiais como pré-associados, aproximando os novos engenheiros das atividades sindicais; defesa da retomada do crescimento, da não privatização de empresas de setores essenciais ao País, pelo desenvolvimento e geração de empregos, da distribuição de renda e melhorias da qualidade de vida e condições de trabalho dos cidadãos brasileiros; adoção de iniciativas que atendam a necessidades abrangentes dos engenheiros, sob a forma de benefícios, assistência e serviços; e discussão de propostas para as diversas áreas que envolvam a engenharia e tecnologia, por meio do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Este último traz em sua nova edição como central a retomada da engenharia nacional para o País voltar a crescer (*disponível em <https://goo.gl/HdhKz7>*).

## Resistir e defender engenheiros

A nova diretoria da FNE se depara com grandes desafios, os quais foram abordados durante o X Conse. Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), destacou a aprovação pelo Parlamento de uma série de leis deletérias, como a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que

enfraquece as entidades sindicais e retira direitos históricos dos trabalhadores. Já o Executivo segue em seu ajuste fiscal, em detrimento do investimento produtivo. E o Judiciário deu sustentação às ações dos outros dois poderes, como a terceirização irrestrita.

Ivani Contini Bramante, desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região elencou os pontos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) que impactam na representação dos trabalhadores, como quanto ao custeio sindical, e impasses que podem ser resolvidos em assem-

*Murilo Pinheiro, que também está à frente do SEESP, foi reconduzido ao cargo de presidente da federação. Anúncio da vitória foi feito durante plenária final do congresso.*

bleias da categoria e inclusão no Acordo Coletivo de Trabalho – caso por exemplo de um engenheiro que receba acima de R\$ 12 mil e estaria fora das negociações coletivas pela nova legislação. Portanto, não faria jus a benefícios conquistados na interlocução entre sindicatos e empresas.

Para fazer frente a essas questões, o consultor sindical da FNE, João Guilherme Vargas Netto, resumiu o “caminho das pedras”: resistência, ressocialização, criação de novas receitas, efetivo exercício do poder legal e participação ativa na campanha eleitoral. “Temos direito a fazer assembleias com os trabalhadores. Vai assinar acordo, é o sindicato que tem que ir. Vai homologar, a lei diz que não precisa ir o sindicato, mas pode-se exigir em acordo coletivo que isso seja feito. A estrutura sindical tem poder”, frisou.

\*Colaborou Deborah Moreira

Confira cobertura completa do X Conse em <https://goo.gl/1zftiL>

QUALIFICAÇÃO

### Vagas para engenharia

#### Odebrecht

O Programa Estágio de Férias tem como objetivo dar aos universitários a oportunidade de viver uma experiência prática do conhecimento adquirido em sala de aula. Os candidatos devem estar matriculados a partir do quarto semestre. Benefícios: bolsa-auxílio compatível com o mercado; seguro de vida; vale-refeição ou alimentação no refeitório do projeto; vale-transporte ou ônibus fretado. Inscrições até 17 de outubro em <https://goo.gl/Ldqvvh>.

#### Dow

A indústria química multinacional americana oferece 30 vagas para cidades paulistas de Jundiaí, Hortolândia, Jacareí, Pindamonhangaba e Guarujá, além da Capital, e em outros estados: Breu Branco (PA), Santos Dumont (MG) e Aratu (BA). Pré-requisitos: ter previsão de formação entre junho de 2020 e junho de 2021. Bolsa-auxílio entre R\$ 1.500,00 e R\$ 1.700,00 mais benefícios, dependendo da localidade e ano de graduação. Inscrições até 19 de outubro em <https://goo.gl/KHkRxG>.

#### Pirelli

O Programa de Estágio 2019 tem 90 oportunidades disponíveis para estudantes com formação prevista entre junho e dezembro de 2020. As vagas são para atuar nas unidades paulistas de Campinas, Barueri, Sorocaba, Santo André e Capital, além de Feira de Santana (BA). Benefícios: bolsa-auxílio entre R\$ 889,00 e R\$ 1.560,00 e assistência médica, seguro de vida, auxílio farmácia, auxílio transporte e/ou fretado, vale-refeição ou restaurante no local, desconto na compra de pneus e subsídio para academias de ginástica. Inscrições até 14 de outubro em <https://goo.gl/kReCa9>.

#### Twitter

A rede social está oferecendo seis vagas para diversas áreas e cursos para o escritório do Twitter em São Paulo (SP). Pré-requisito: estar cursando ensino superior em qualquer área, com previsão de conclusão a partir de junho de 2020. Benefícios: bolsa-auxílio de R\$ 1.962,00; vales transporte e refeição. Inscrição até 19 de outubro em <https://goo.gl/K67oNa>.

Essas e outras vagas podem ser acessadas em <https://goo.gl/E8p6kw>

JOVEM ENGENHEIRO

# Estudante quer profissão mais inclusiva

Mariana Antunes tem 21 anos de idade. Ela é graduanda do sétimo período de Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais. Sua aproximação com a área, conta, começou quando fazia o curso técnico em Edificações concomitantemente ao ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* Congonhas. “Desde então me encontrei e me apaixonei pela área de construção civil.”

Antunes aponta que “ainda não temos muita representatividade feminina na área como deveríamos, mas o cenário atual já é melhor do que o da geração passada e espero que continue melhorando nos próximos 20 anos”. Tal cenário não virá do nada, atesta ela: “Nós, mulheres, devemos continuar lutando para conquistar nosso lugar na engenharia. Ser mulher e cursar e/ou exercer engenharia não é fácil. Muitas vezes amigas minhas, também graduandas, relatam discursos machistas, misóginos ou LGBTfóbicos que sofreram dentro de seus *campi*”, lamenta.

Quanto à conjuntura nacional, a aluna observa que a engenharia tem muito a con-



Arquivo pessoal

Mariana Antunes quer mais mulheres, negros e diversidade de gênero na profissão.

tribuir “para melhorar a situação, principalmente com relação à infraestrutura, mas também na questão de moradias, estradas e deslocamentos”. Para ela, o profissional da área, seja qual for a modalidade, é preparado para resolver problemas e indicar soluções. “Temos o direito, bem como a obrigação, de contribuir para a melhoria do nosso País”, conclui.

APERFEIÇOAMENTO

## Novos cursos de empreendedorismo no SEESP

Em outubro e novembro será realizado o curso “Inova Gestor”, com o consultor e professor Ricardo Perri, engenheiro agrônomo, administrador, *coach* e mestre em Gestão Empresarial. Entre os objetivos da atividade estão fortalecer a liderança e promover o engajamento da equipe à cultura empresarial; e desenvolver o pensamento e a gestão estratégica do negócio. Carga total de 12 horas. Associados ao SEESP têm preço especial. Mais informações e inscrições em <https://goo.gl/NNt5Lt>.

### Consultor empresarial

Outro curso importante é o de “Formação de consultor empresarial”, também com o professor Ricardo Perri e nos meses de outu-

bro e novembro. O foco é preparar o profissional para entrar na carreira de consultoria; apresentar o mercado e os padrões de trabalho para diagnóstico, planejamento, encaminhamento e entrega de serviços contratados; apresentar e discutir as metodologias mais utilizadas para a solução de problemas empresariais; alavancar a *expertise* do profissional para prestar serviços de consultoria e como deve ser conduzida sua relação com os clientes. Carga total de 12 horas. Associados ao sindicato têm preço especial. Informações e inscrições em <https://goo.gl/BzXxrA>.





# Jovens engenheiros visitam universidades na Grande São Paulo

O Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP está promovendo uma série de palestras nas universidades do Estado com o tema “Engenharia: profissão e mercado de trabalho”. No dia 18 de outubro, às 19h, será no Prédio da Engenharia da Fundação Santo André.

No dia 21 de setembro, esteve na Universidade de Guarulhos (UNG) para conversar com os estudantes do 8º semestre de Engenharia Civil sobre sindicalismo, perspectivas do mercado, legislação e novas plataformas do SEESP para atualização profissional e acesso aos benefícios. A coordenadora do Núcleo Jovem, Marcellie Dessimoni, enfatizou a importância da união da categoria e da participação nos

Divulgação



Marcellie Dessimoni fala aos estudantes da Universidade de Guarulhos sobre a importância dos sindicatos.

debates sobre o desenvolvimento nacional, agradecendo ao professor da UNG, Sergio Lumelino, pela recepção.

No dia 6 do mesmo mês, participou da Semana de Engenharia da Universidade de Mogi das

Cruzes (UMC), com palestras para estudantes das diversas modalidades de engenharia para contribuir com o debate sobre legislação profissional, mercado de trabalho e benefícios oferecidos pelo sindicato.

## Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros de São Paulo. No site, **JE** ou no **SEESP Notícias**.

Veja como em [www.seesp.org.br/publicidade/](http://www.seesp.org.br/publicidade/)



## Campanhas salariais

**Sinaenco** – Em 13 de setembro foi assinada Convenção Coletiva de Trabalho entre o SEESP e o Sinaenco, com vigência até 2019. Entre os itens contemplados, definição de piso e reajuste salarial de 1,70% (pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC), retroativo à data-base (1º de maio). Foram mantidas as demais cláusulas.

**Emae** – Em Assembleia Geral Extraordinária no dia 30 de agosto, os engenheiros da Emae aprovaram a proposta da empresa para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho

de 2018. Entre os principais pontos estão: reajuste salarial, extensível aos benefícios de caráter econômico, de 1,54% – com base no Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), retroativo à data-base em 1º de junho. A vigência é de um ano. Demais cláusulas do acordo preexistente foram mantidas.

**CPFLs Paulista, Piratininga e Geração** – No dia 31 de agosto último os engenheiros dessas companhias aprovaram, em assembleias, os respectivos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs), com vigência até 2020. Destacam-se: reajuste salarial de 2,86%, extensível aos benefícios, retroativo à data-base (1º de

junho), correspondente ao IPCA-Fipe. Também ficou acertado pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de até 1,4 salário, caso as metas sejam atingidas. As demais cláusulas existentes no acordo anterior foram mantidas.

**Rio Paranapanema Energia** – O Acordo Coletivo de Trabalho da categoria foi aprovado em assembleias no dia 12 de

# Servidores da Prefeitura de Osasco realizam manifestação

Engenheiros e arquitetos da Prefeitura de Osasco realizaram um protesto na manhã do dia 18 de setembro, em frente à sede da administração pública, no Centro do município, para reivindicar plano de carreira e implementação do piso salarial da categoria – de nove salários mínimos para jornada de oito horas diárias. Os servidores buscam diálogo com a atual gestão desde a época da campa-

nha eleitoral, em 2016. Foram diversas tentativas para abertura de negociação. Dos cerca de 60 profissionais, 45 compareceram. A mobilização surtiu efeito: a secretária de administração, Soleny Oliveira Pereira, marcou reunião para o dia 16 de outubro, às 10h, com o SEESP e o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (Sasp). Também apoia essa luta a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Osasco.

Divulgação



Profissionais reivindicam plano de carreira e piso em frente ao Paço Municipal.

setembro. Entre as conquistas, 2,86% de reajuste salarial (pelo IPCA-Fipe) mais 0,5% de ganho real; correção de 6,13% nos vales alimentação e refeição e de 2,86% para os demais benefícios, retroativos à data-base (1º de junho). A vigência é até 2019.

**Rio Paraná Energia** – Em 18 de setembro os engenheiros aprovaram em assembleias a proposta da empresa para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2018. Destacam-se reajuste de 2,86%, com base do IPCA-Fipe, e 0,5% de ganho real; piso salarial de R\$ 8.586,00; correção de 2,86% para os demais itens econômicos. Vigência até 2019. A data-base é 1º de junho.

**IE Madeira** – A empresa apresentou proposta em 21 de setembro para o Acordo Coletivo de Trabalho 2018, com vigência até 2020. Entre os itens, retroativos à data-base (1º de junho), reajuste salarial de 2,86% (IPCA); aumento real de 0,3% em janeiro de 2019, extensível ao piso da categoria; correção do vale-refeição em 5%, que corresponde a 2,86% (IPCA) + 2,14% de aumento real; reajuste da verba total a bolsas de estudos em 2,86% (IPCA), limitado ao teto de R\$ 107.591,56; pagamento de PLR correspondente a até uma folha de pagamento, dependendo do atingimento de metas. Ainda em outubro serão realizadas assembleias para avaliação da proposta.

